

2

AMAZÔNIA

O PERIGO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A presidência passou de José Sarney para Fernando Collor, o discurso oficial sobre a Amazônia deixou o antiquado nacionalismo para assumir uma suposta defesa da ecologia local, mas a realidade ainda é a mesma: a maior região brasileira continua correndo risco de destruição ambiental. O projeto piloto para a conservação da floresta amazônica, em muitos pontos, não passa de uma declaração de intenções. Além de preocupante em relação à internacionalização da economia regional, o documento não apresenta nenhuma solução definitiva para as questões mais graves e abre espaço para novos problemas.

Por Carlos Cardoso Aveline

"Basta olhar as páginas da história", escreveu a pensadora russa Helena Blavatsky em 1879, "para ver que a destruição das florestas é seguida pela ruína da sociedade tão certamente como o dia é seguido pela noite".

Blavatsky escreveu essas palavras depois de uma longa viagem de 3.000 quilômetros pelo norte da Índia e Tibete. "Foi uma experiência dolorosa", disse ela. "Não era preciso ter a sensibilidade de um poeta, mas apenas a previsão de um matemático, para ver naqueles restos de solo sem árvores um presságio da catástrofe"⁽¹⁾.

Mais recentemente, biólogos e ecologistas têm escrito bastante sobre a interação entre os animais e vegetais. E vêm mostrando que até suas respirações são complementares: os animais eliminam gás carbônico, que é absorvido e fixado pelas



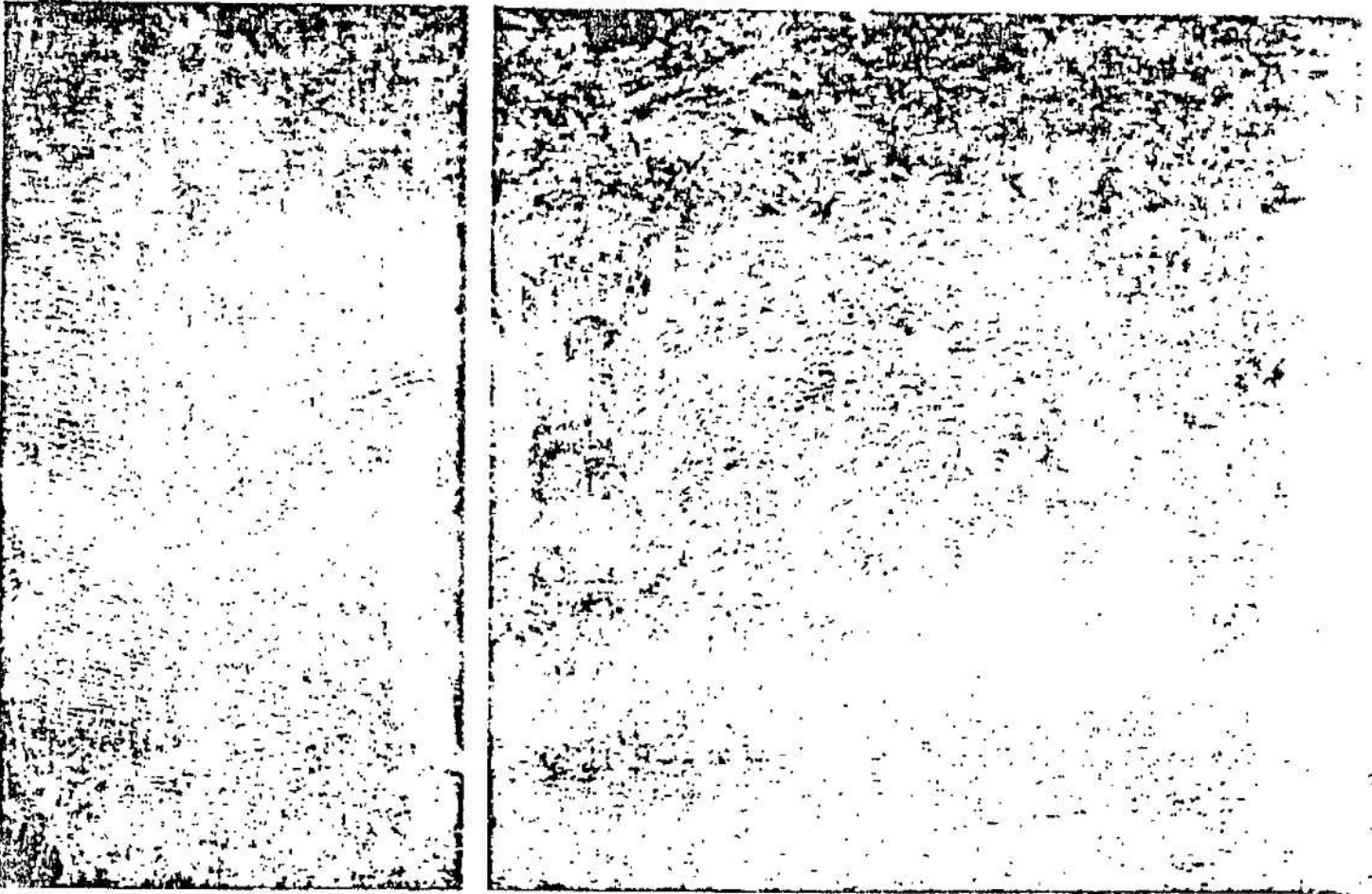
Desmatamento em Rondônia: presságio da catástrofe.

plantas em crescimento. De fato, existem interações profundas e globais entre os diferentes reinos vivos da natureza. Não é difícil reconhecer a degradação ambiental como uma das causas principais do desaparecimento de civilizações passa-

das, e aceitar o patrimônio natural como um dos bens mais preciosos que qualquer sociedade pode ter.

A principal diferença entre a época de Helena Blavatsky e o dias de hoje é que, agora, o que está em jogo não é uma nação, mas tod-

3



Extração de borracha (esquerda): preço aviltado. Ianomâmis (direita): em processo de genocídio.

o planeta. As crises ambientais não são mais localizadas. Há uma só civilização humana com um único ecossistema: o pequeno planeta Terra. Não existe mais a possibilidade de esgotar os recursos naturais em determinada região, depois entrar em um período de decadência social, e finalmente buscar outras terras para recomençar o processo. A lei de ação e reação opera imediatamente. A capacidade de suporte do ecossistema planetário encontrou seu limite. A partir de agora é o nosso processo civilizatório que precisa mudar – e com rapidez capaz de compensar as postergações do passado.

Por motivos geográficos, as florestas tropicais da Ásia, embora ainda resistam, foram golpeadas muito antes que a Amazônia. A

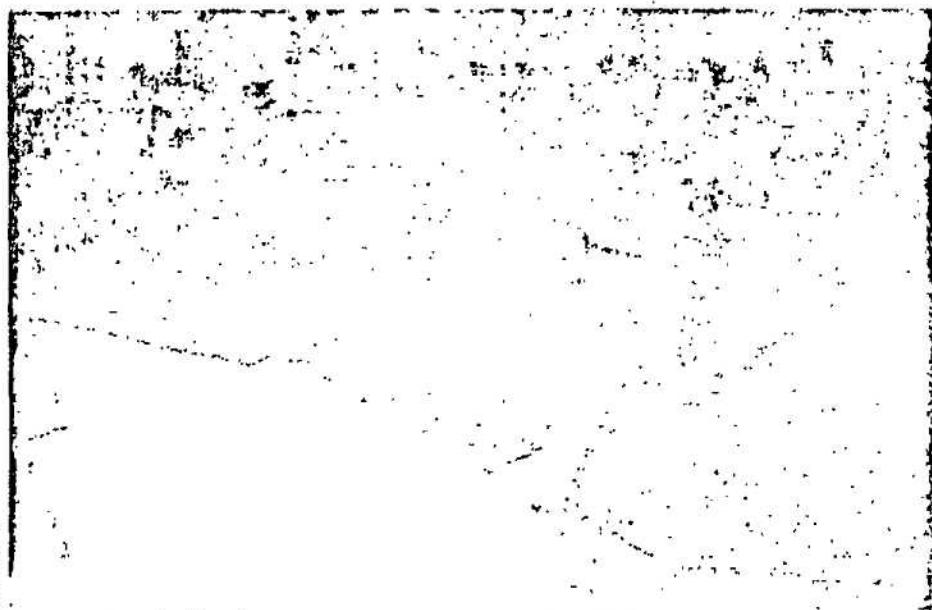
maior floresta tropical do mundo chega quase ao final do século 20 com 90% da sua área praticamente intacta – entre outras razões, pela dificuldade de acesso que sempre tiveram os exploradores. Nem o garimpo atual, com mais de um milhão de homens destruindo seus rios, nem os processos desastrosos da agropecuária em seus solos pobres, nem ainda os grandes lagos artificiais das usinas hidrelétricas, financiadas pelos países ricos em função das multinacionais que invadem seu território, causaram uma destruição irreversível na floresta amazônica brasileira. O mesmo pode-se dizer das regiões amazônicas dos outros países latino-americanos.

O início da batalha decisiva –

Apesar do genocídio dos ianomâmis, do assassinato dos trabalhadores rurais, das ameaças à pesca artesanal e do rebaixamento do preço da borracha – produto-chave na economia nativa –, os povos da floresta ainda resistem. O meio ambiente continua basicamente sadio, mas a batalha decisiva está apenas começando, e vai ganhar intensidade no futuro próximo. Entre outros motivos, porque o governo brasileiro pretende atrair bilhões de dólares para a região, num megaprojeto de desenvolvimento que pode internacionalizar radicalmente a economia da Amazônia.

Nos últimos anos, a política dos diferentes governos brasileiros tem sido inspirada pela visão estratégica de alguns setores militares, preocupados com o que chamam de

4



O secretário Goldemberg (esquerda): aguardando o dinheiro de fora. Sarney (direita): postura nacionalista.

Objetivos nacionais permanentes” e com uma expansão geopolítica do país sobre o espaço supostamente vazio da floresta amazônica.

A presença de garimpeiros em terras yanomânis, por exemplo, foi provocada intencionalmente. Fazia parte do “Projeto Calha Norte”, e a meta era ocupar com população branca os espaços junto às fronteiras com outros países amazônicos. O resultado é o atual genocídio dos índios.

Quando cidadãos de todo o mundo despertaram para a necessidade de preservar a Amazônia, na segunda metade dos anos 80, o governo do ex-presidente José Sarney preferiu ficar isolado no cenário internacional e adotou uma postura nacionalista, defendendo, em tese, o direito de o País desenvolver a região. O auge desse contraste entre a postura nacionalista e a preocupação ecológica mundial ocorreu com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, e o encontro dos povos indígenas de Altamira, no Xingu, dois meses mais tarde.

Em 11 de março de 1989, governos de 24 países reunidos na Holanda recomendaram a criação de uma autoridade internacional

capaz de fazer cumprir acordos significativos na área da preservação ambiental. Sempre em nome do nacionalismo, o Brasil proibiu que a Amazônia fosse mencionada no documento¹².

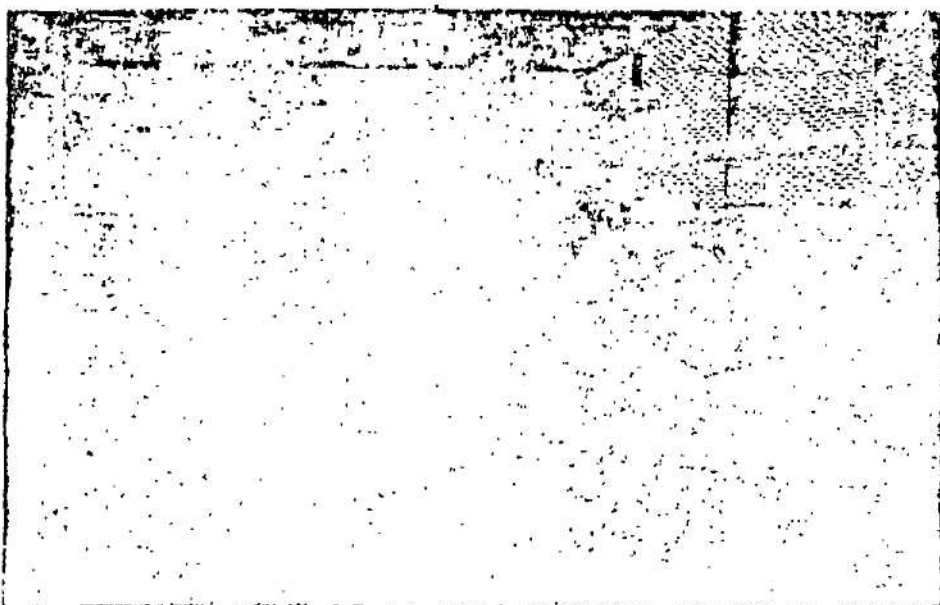
Vantagens para as multinacionais – Discursos à parte, no entanto, desde a década de 70 a política do governo brasileiro sempre procurou dar vantagens ao capital internacional e atrair um máximo de empresas estrangeiras para a região amazônica. Vieram, entre outras, as norte-americanas Brazil Land, Anaconda, Union Carbide, McDonald's e U.S. Steel. E também empresas inglesas, japonesas, italianas, suíças, alemãs, que para tanto receberam todo tipo de incentivos. Enquanto isso, o governo implantava uma série de grandes hidrelétricas para oferecer-lhes energia quase gratuita, abria novas estradas para facilitar o acesso à região e transferia para lá massas de agricultores pobres, atraídos por promessas de prosperidade, para servir de mão-de-obra barata. Algumas das multinacionais hoje instaladas na Amazônia (veja boxe na página 27) usaram ou ainda usam

mão-de-obra semi-escrava. De qualquer maneira, a internacionalização econômica da Amazônia andava estranhamente junto com o discurso político nacionalista. Foi com a chegada de Fernando Collor ao poder, em março de 1990, que o governo federal abandonou a postura nacionalista, considerada “antiquada”, e adotou o discurso ecológico.

Poucos meses depois, em julho, durante a reunião de cúpula dos Sete Grandes (Estados Unidos, Itália, Inglaterra, França, Canadá, Alemanha e Japão) em Houston, Texas, o presidente norte-americano George Bush foi duramente pressionado pela Alemanha a concordar com mudanças das políticas econômicas em função da preservação ambiental. Bush resistiu, mas acabou fazendo uma contraproposta: os EUA ajudariam a financiar um grande projeto pela preservação da Amazônia.

A idéia foi aprovada com entusiasmo. No Brasil, o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, aproveitou para dizer de imediato que esperava investimentos de dois bilhões de dólares por ano, como parte do projeto dos 50

5



Associação Tripartite

Encontro em Altamira: exemplo da preocupação mundial com a região.

Grandes para a Amazônia⁽³⁾.

Em novembro passado, o governo Collor já tinha preparado o "Macro Referencial Para um Programa Piloto Para a Conservação da Floresta Amazônica Brasileira". Com 70 páginas, o texto produzido por uma comissão interministerial só chegou às mãos dos ecologistas em março de 1991, junto com uma proposta de "Arcabouço Institucional" para o programa piloto.

Uma das primeiras reações de quem lê os vários documentos do

programa é pensar que ele pode provocar ainda mais internacionalização econômica e destruição ambiental na Amazônia. A análise de mais de 200 páginas de texto e a sua longa discussão em reuniões do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em Brasília, não permitem eliminar essa possibilidade.

A Proposta Preliminar do Programa Piloto pela Amazônia prevê, por exemplo, uma Comissão Geral Tripartite que deverá gerir, supervisionar e administrar o processo.

A Comissão é formada pela Comunidade Européia, Banco Mundial e o governo brasileiro. A Comunidade Européia é compradora do ferro-gusa saído das siderúrgicas que usam madeira da floresta nativa como combustível, no Pará. O Banco Mundial vem financiando a destruição da região em nome do progresso, desde Balhina até Carajás. Como os antecedentes do governo brasileiro não são melhores, a composição da "Comissão Tripartite" é, no mínimo, preocupante.

Longas declarações de intenção – O "componente estrutural" do programa estará a cargo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A SAE e a Sudam nada têm a ver com a preservação ambiental, e a Sudam vem causando problemas ambientais na região, segundo ecologistas locais. As organizações voltadas para a defesa do meio ambiente têm pouca ou nenhuma participação nas decisões do projeto, que, no entanto, pretende envolvê-las em sua execução.

A versão atual do programa, que poderá captar até dez bilhões de dólares nos próximos anos, consiste principalmente em longas declarações de intenção. Mesmo assim, em alguns pontos chega a tocar a realidade da região e toma posições claras.

Sobre o problema do garimpo de ouro, o documento reconhece "a variedade e gravidade das agressões da mineração no meio ambiente". Mas propõe ações apenas no sentido de "avaliar o grau de degradação". Pretende "especificar o

EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A imprensa estrangeira e uma lista parcial de empresas estrangeiras instaladas na região. Algumas delas são:

- McDonald's, Massey-Ferguson, Chrysler, Willys-Overland, Ford, Renault, U.S. Steel Company.
- Inglaterra: Lancashire General, American Company, Fuji, etc.
- Japão: Kumho, Mitsui, etc.
- Coreia: Hyundai, etc.
- Itália: Ferrari, Fiat, etc.
- Suécia: Saab, Volvo, etc.
- Estados Unidos: General Motors, etc.
- Brasil: Volkswagen, etc.
- Outras: Shell, etc.

6

equipamentos necessários à redução do impacto ambiental, sem prejuízo da produtividade, bem como para quantificar e identificar os fatores causadores da destruição ambiental..."

Não há intenção de interromper a morte dos rios, a contaminação dos próprios garimpeiros pelo mercúrio, ou a conseqüente destruição da pesca e o envenenamento da água que abastece as populações. O texto não fala da legislação ambiental, que proíbe a poluição dos recursos hídricos. Chama atenção também a expressão "sem prejuízo da produtividade". Os autores do projeto esqueceram-se de que mais de 80% do ouro produzido na Amazônia não paga um cruzeiro de imposto, deixando para a sociedade brasileira apenas o prejuízo ambiental. A quem interessa não prejudicar a produtividade?

Outro exemplo é a área do projeto siderúrgico Grande Carajás. O documento do governo admite que "a exploração mineral vem degradando áreas da serra e os cursos d'água da região. Na produção de ferro-gusa é utilizado o carvão vegetal oriundo da queima de madeira da floresta amazônica". Trata-se de um empreendimento de grande porte, iniciado com incentivos do governo brasileiro e verbas do Banco Mundial, para produzir ferro-gusa necessitado pela Comunidade Européia.

E diante desse problema a proposta é, como no garimpo, "avaliar o impacto causado pelo projeto siderúrgico, de modo a conhecer os efeitos da degradação e causar subsídios para poder minimizar os atuais impactos e diminuir a velocidade desta degradação..." Na verdade, a política correta seria impedir o funcionamento dessas siderúr-



Garimpo - agressão ao meio.

gicas, porque sua atividade poluidora é ilegal e amplia a miséria social da região.

Transferência norte-sul de poluição - Isso não é tudo. A Companhia Vale do Rio Doce, que controla o programa Grande Carajás, pretende espalhar projetos de pólos florestais comerciais na Amazônia como parte do Programa Piloto. O próprio presidente Collor já lançou um desses pólos, precisamente na área devastada de Carajás. A idéia é instalar um bom número de fábricas de papel e celulose, que são poluidoras e por isso se deslocam de países do hemisfério norte para países como o Brasil.

A idéia da criação de pólos florestais comerciais, áreas de monocultura de madeira em plena região amazônica, faz parte das políticas propostas pelo Plano de Ação para as Florestas Tropicais (TFAP), do Banco Mundial, que vem sendo combatido em todo o mundo pelo movimento ecológico e os povos das florestas.

Dentro da mesma visão empresarial da floresta, o governo brasileiro pensa em criar "parques de caça" e autorizar criações extensi-

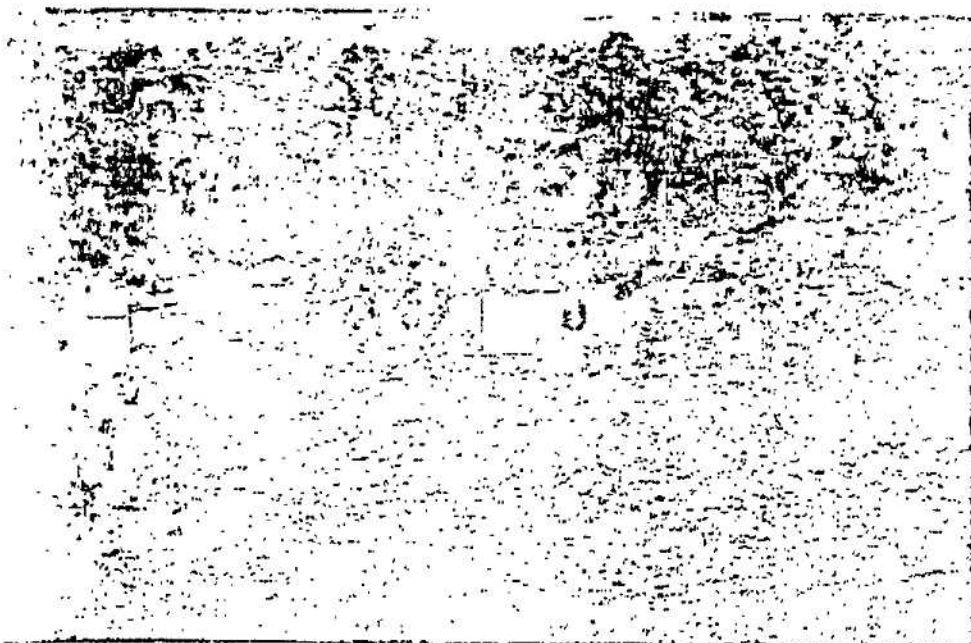


Lutzenberger - maltrato por ecologistas.

vas de animais silvestres para abate, o que encontra a oposição dos ecologistas. Para Cacilda Lanuzo, do Grupo Seiva de Ecologia, de São Paulo, essa proposta é moralmente "obscena", e o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, é um "ex-amante da Vida e da Ética".

O que os ecologistas questionam, no Programa Piloto proposto pelos Sete Grandes, é sobretudo a sua lógica econômica mais ampla. O projeto surge com seus "créditos altamente concessionais" no momento em que a política do governo para o setor seringueiro leva a produção da borracha à falência. "Os seringueiros estão sendo inviabilizados pela política oficial", disse o Conselho Nacional dos Seringueiros após um seminário sobre o setor, em fevereiro passado⁶⁵. A pesca artesanal é cada dia mais atingida pelo garimpo e pela pesca industrial em grande escala. A economia tradicional da região, naturalmente sustentável, é debilitada ao mesmo tempo que se preparam grandes investimentos com o slogan de "desenvolvimento sustentável".

Para a Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (Sopren), sediada em



Preservar a mata: condição para uma futura civilização sadia e duradoura.

Belém, a atitude do governo brasileiro equivale a "entregar a região para os países ricos do Grupo dos Sete". Uma das entidades ecológicas mais tradicionais da região, a Sopren afirma que o Programa Piloto "é uma ameaça de internacionalização da Amazônia"⁶⁾.

Risco iminente – Se as preo-

cupações dos ecologistas forem confirmadas, a sociedade civil brasileira terá muito o que fazer na proteção da Amazônia durante os próximos anos. O governo brasileiro tem pressa e espera terminar o Programa Piloto até junho, a tempo de ser aprovado na próxima Conferência de Cúpula dos Sete Grandes. O processo de produção da proposta

final é rápido e discreto, e as partes interessadas estão tendo o cuidado de usar um discurso que fala não só da preservação da natureza, mas também da harmonia entre crescimento econômico, economia de mercado e povos da floresta. Na prática, porém, a teoria é outra, e a Amazônia está em risco. Crescem os perigos para a floresta, mas também a consciência e a força dos seus defensores. A Amazônia não só está viva ainda, como continua poderosa e tem lições a ensinar à humanidade.

"Qualquer patriota indiano lamenta a decadência atual do seu país", escrevia Helena Blavatsky há 111 anos e meio. "Mas poucos conhecem sua verdadeira causa: mais que a exploração colonial, a causa da decadência está na morte das florestas"⁷⁾. Se isto é verdade e constitui um alerta útil com relação à Amazônia, a recíproca também é verdadeira. A preservação ecológica e a vida exuberante da floresta amazônica são condições necessárias para o florescimento de uma próxima civilização sadia e duradoura. A floresta sobreviverá à ignorância ecológica, e será um dos pilares de uma sociedade onde as qualidades positivas do ser humano poderão desenvolver-se mais rápida e livremente do que hoje.

Notas

- (1) *The Theosophist Magazine*, November 1879, Theosophical Society, Adyar, Madras, India.
- (2) *Zero Hora* 7/4/89, *Folha de S. Paulo*, 11/12/89, *1.º. Hora*, 9/2/89 *Jornal do Brasil*, 19/4/89, e *The Hague Declaration*, The Netherlands (texto da Declaração de Haia obtido junto ao governo holandês).
- (3) *Gazeta Mercantil*, 12/7/90.
- (4) *Jornal do Brasil*, 23/7/90, e Boletim número 98, novembro-dezembro/90, do Grupo Seiva de Ecologia (Casa Postal 55.190, São Paulo, SP, CEP 04799).
- (5) *Atomeia*, publicação quinzenal do CEDI Centro Ecológico de Documentação e Informação, de São Paulo. Data de 5 a 20 de março de 1991.
- (6) *Amazônia Brasileira a Venda*, documento de 92 páginas da Sopren (Av. Magalhães Barata, Alameda Luiza Amaral, 413 Jardim Independência, Belém, Para. CEP 66000), março/91.
- (7) *The Theosophist*, 1879, op. cit.